

CARVALHO, Aline Vieira de. **Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010.

**Memória e bens culturais: os discursos produzidos
para a configuração dos espaços turísticos
de Angra dos Reis e Paraty/RJ**

*Memory and cultural assets: discourses conforming touristic spaces
in Angra dos Reis and Paraty, Rio de Janeiro State (Brazil)*

Daniela Pistorello¹

O livro *Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil*, é a edição da tese de doutoramento de Aline Vieira de Carvalho, realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), da Universidade Estadual de Campinas, entre os anos de 2005 a 2009.

A trajetória acadêmica da autora dá pistas do encaminhamento teórico do livro, pois, além de ser professora do Programa de Pós-Graduação em História (IFCH/UNICAMP), também é pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Pública da UNICAMP e, como tal, trabalha com a área de Arqueologia Pública, Patrimônio e Ambiente.

Trata-se, portanto, de um livro que problematiza as relações entre patrimônio cultural e atividade turística, com base nos discursos produzidos pela revista *Quatro Rodas* e pelas Secretarias de Turismo das cidades estudadas, além da materialidade que Angra dos Reis e Paraty apresentam. À luz de pressupostos teóricos do campo da História Ambiental, da Arqueologia e de discussões que envolvem temas como patrimônio, memória e identidade, o livro ganha um tom interdisciplinar – ponto alto do trabalho.

Partindo da percepção de que as cidades de Angra dos Reis e de Paraty, no Rio de Janeiro, são visibilizadas nacional e internacionalmente pela mídia, respectivamente, como “ambiente natural preservado” e

¹ Doutoranda do curso de História da Universidade Estadual de Campinas e bolsista FAPESP. E-mail: dpistorello@yahoo.com.br

“ambiente histórico”, a principal preocupação da autora é compreender como estas “vocações” são construídas pelos discursos oficiais. Assim, Paraty seria como um portal para um pseudopassado colonial brasileiro, congelado naquela temporalidade, e Angra dos Reis, vista como “uma espécie de natureza intocada, que fala mais alto do que a presença das usinas nucleares nesta mesma Angra”, conforme aponta o professor Gilson Rambelli, no texto de apresentação do livro. Desta forma, o objetivo do texto é analisar a construção da memória oficial das duas cidades do Rio de Janeiro e, principalmente, seus papéis humano e natural, compondo identidades atribuídas às mesmas.

O livro está organizado em cinco capítulos; o primeiro deles, *Ambientes, subjetividades e memórias*, apresenta os pressupostos teóricos da pesquisa. O ponto central deste capítulo é a noção de ambiente e como a historiografia compreende a construção daquilo que seria ambiente natural e aquilo que pode ser entendido como ambiente humano.

A autora historiciza conceitos como meio ambiente e paisagem, assim como aponta o quanto as discussões realizadas desde a década de 1960, a respeito de crise ambiental, contribuíram para a criação de um campo de estudos específico sobre meio ambiente: História Ambiental. Nesta perspectiva, Aline Vieira de Carvalho entende a formação do ambiente pela “interação entre os elementos que são lidos pelas culturas humanas como pertencentes ao universo natural e aqueles que constituiriam as próprias culturas humanas.” (CARVALHO, 2010, p.34)

A proposta teórica para ler o ambiente é inspirada em Dominick LaCapra (1985) e Hayden White (1985), os quais, guardadas as especificidades, percebem relações importantes entre textos e contextos, que atribuem à linguagem um papel fundamental. É a partir deste viés que a autora propõe a leitura das fontes de pesquisa, produções textuais – cujo material, no caso, foi produzido pela revista *Quatro Rodas* e pelas Secretarias de Turismo –, que inauguram, segundo a autora, uma memória para as cidades estudadas (inclusive uma memória *turística*), onde o passado se configura sempre como uma escolha subjetiva do presente.

Por fim, neste capítulo, a autora também procura analisar o próprio ambiente como cultura material, numa perspectiva pela qual se compreenda de que forma os setores públicos definem esse ambiente e o usam com objetivos culturais e políticos bastante delimitados.

O capítulo 2, *As cidades de Angra dos Reis e Paraty: construindo discursos*, mostra como as cidades foram apresentadas, desde sua

construção, por meio dos discursos das Secretarias de Turismo. Como ponto de partida para esta discussão, são utilizados dois documentos produzidos por estes órgãos, os quais fazem alusão a Paraty e Angra dos Reis. O primeiro deles é um guia turístico reeditado pela Prefeitura Municipal em 2002, chamado *Roteiro do Visitante de Paraty*, cuja apresentação é escrita por Diuner Mello, e que adverte:

[...] para se conhecer Paraty é necessário estar desprevenido de toda a majestade das igrejas suntuosas, como as da Bahia, é necessário esquecer o fausto e a riqueza de Ouro Preto. Aqui nada é suntuoso e majestático. O importante é o conjunto. A arquitetura singela e singular de cada edificação.” (MELLO, 2002 *apud* CARVALHO, 2010, p.34)

O segundo documento é o resultado de uma pesquisa de demanda turística realizado em 2006 pelo SEBRAE, que assim apresenta Angra dos Reis:

Exibindo um dos cenários mais bonitos e exóticos da costa brasileira, onde a Serra do Mar encontra o Atlântico, a região da Costa Verde (onde Angra está inserida) localizada no Estado do Rio de Janeiro, tem mais de 2000 praias e quase 400 ilhas protegidas pela restinga da Marambaia. Às [sic] águas, em várias tonalidades de verdes, é ideais [sic] para a prática de qualquer esporte aquático. A região possui grande numero de praias semi-desertas, às quais só é possível o acesso pelo mar [...]” (SEBRAE, apresentação, 2006 *apud* CARVALHO, p.57)

A autora conclui, desta análise, o quanto os documentos oficiais instituem memórias que, por não serem consensuais, necessitam ser enquadradas em falas que se vinculam a questões de ordem nacional, e que refletem as políticas preservacionistas.

Neste sentido, a obra da autora corrobora a discussão de Pollak² na qual a referência ao passado serve para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade”, para definir seus respectivos

² POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989. p.4.

lugares. Com o intuito de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, Henry Rousso³ aponta a existência de um trabalho de enquadramento das memórias para a construção desta identidade de grupo. “Todo o trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”; afinal, o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história.⁴

Reitero ainda que a memória, portanto, é o fator preponderante de afirmação para a identidade individual, coletiva ou social. Quando apropriada, como neste caso, por órgãos públicos de preservação, serve de instrumento de definição de alteridade e passa a ser utilizada na constituição de uma dada identidade. Daí, a tensão presente na constituição dos diversos materiais que divulgam grupos, bens ou cidades inteiras como atrativos turísticos. Ora, se a ideia de identidade é representativa de uma memória instituída, como no caso da “vocalização” turística de Angra dos Reis e Paraty, a concepção de preservação está diretamente ligada a essa relação.

Embora a autora aponte ser impossível mensurar a recepção dos textos que divulgam os atrativos turísticos da cidade (a menos, penso eu, que se recorresse a pesquisas com os turistas – o que não foi objetivo da tese), é importante perceber que, de alguma forma, este material está amparado numa demanda específica, que cria roteiros de visitação, desviando o olhar do turista para determinados aspectos em detrimento de outros.

A autora ressalta que, com a descentralização da gestão do patrimônio cultural, a partir da década de 1970, o qual até então era de responsabilidade quase exclusiva do IPHAN na maior parte do país, houve uma divisão de responsabilidades entre União, Estado e Municípios e, como marca deste momento, criam-se as Secretarias de Turismo para cuidar da preservação e divulgação do patrimônio. No caso, a Turisangra, em Angra dos Reis, e a fundação da Secretaria de Turismo, em Paraty.

De qualquer forma, a autora aponta o quanto é constante nos folhetos de divulgação turística a separação entre ambiente e homem e como a atividade turística, ao criar categorias ou tipos de turismo, endossa essa fragmentação. Percebe-se, neste aspecto, que a autora abre uma possibilidade instigante de tratar das relações entre patrimônio cultural e

³ ROUSSO apud POLLAK. op.cit. p.9.

⁴ POLLAK. op.cit.

turismo, aproximações ainda frágeis, embora promissoras no campo da história.⁵

O capítulo 3, *Imaginários compostos pela Revista Quatro Rodas sobre o ambiente histórico e o ambiente natural de Angra dos Reis e Paraty*, trata de como estes documentos apresentam a cidade de acordo com o modelo já explicitado pela autora, endossando, de um lado, Angra dos Reis como a cidade da natureza e Paraty como a cidade da história. No capítulo 4, *O ambiente humano e o natural arquitetado pelas secretarias de turismo: história, cultura e natureza*, temos a análise das instituições que criam a vocação de um lugar para a realização de uma determinada atividade – como exemplo, a turística.

A autora analisa, em profundidade, o resultado da pesquisa encomendada pela Turisangra ao SEBRAE, em 2006, e a divisão da cidade de Angra dos Reis em cinco corredores turísticos (Ponta Sul, Contorno, Centro, Ponta Leste, Ilha Grande e Ilhas). O extenso trabalho de pesquisa mostra como foi criada, para cada corredor turístico, uma lista de serviços e de atrativos turísticos locais, tendo como horizonte o incentivo do turismo na região. Ao mergulhar neste material, a autora demonstra o quanto estas divisões são frágeis; no entanto, servem às Secretarias de Turismo na medida em que apresentam os equipamentos turísticos ao visitante, de forma didática e facilmente consumível.

Ressalta, ainda, que Paraty ressurgiu como atrativo turístico muito à mercê das articulações empreendidas pelos órgãos públicos e instituições afins, como por exemplo, com a elevação da cidade à categoria de monumento histórico do Rio de Janeiro, fato este que abriu caminho para a indicação da cidade como Patrimônio da Humanidade. Percebe-se que as falas se articulam, no sentido de manter uma coerência em relação à apresentação das cidades aos turistas.

Por fim, no quinto e último capítulo, intitulado *O ambiente humano e o natural lido nas cidades*, a autora propõe que se perceba como a materialidade das cidades é construída, servindo ao interesse de suas prefeituras. No capítulo aparece, de forma muito clara, a relação da autora

⁵ A ampliação deste campo de estudo pôde ser percebida, por exemplo, nas discussões do Simpósio Temático de Patrimônio Cultural e História do Tempo Presente, ocorrido no I Seminário Internacional do Tempo Presente, em Florianópolis, entre 7 e 9 de novembro deste ano. Entre as comunicações apresentadas nas três tardes do evento, aquelas que discutiram patrimônio cultural e turismo foram expressivas.

com a arqueologia e como ela se apropria deste campo para perceber aquilo que define como cultura material.

Mas, afinal, quais seriam as produções discursivas empreendidas pelas materialidades das cidades? Que materialidades seriam estas? A existência de uma cultura material pressupõe, por si só, a sua eleição como importante? É evidente que não. Embora a pesquisa apresente, como materialidade da cidade, os seus caminhos, percursos, roteiros, sinalizações, o cotidiano citadino vivido por descendentes de índios guaranis em Angra dos Reis e a existência de vilas operárias em Paraty, construídas pela empresa Eletronuclear, isto não significa que as memórias destes grupos sejam eleitas para compor os quadros que instituem as vocações turísticas de Angra dos Reis e Paraty.

Importante salientar que a autora, ao olhar para esta materialidade da cidade, percebeu o quanto ela é desconsiderada pelo oficialismo, que não elege este aspecto como significativo para a criação da política pública de preservação e divulgação dos bens culturais. Aí reside a importância do seu trabalho de pesquisa, não por conta apenas de perceber quais memórias são privilegiadas ou não, na construção daquilo que deve ser eleito como representativo de um lugar, mas por entender que é próprio da operação da memória lidar com o esquecimento.⁶

O livro *Entre ilhas e correntes...* é leitura indicada para historiadores e pesquisadores que percebem, na interdisciplinaridade, uma possibilidade de problematizar temas nos campos que envolvam patrimônio cultural, turismo, arqueologia e áreas afins, além de se constituir em bom exemplo de como diversas fontes de pesquisa podem ser habilmente cotejadas, evidenciando rupturas e continuidades dos processos históricos e, neste caso, focando de forma específica duas cidades fluminenses.

Resenha enviada em novembro de 2011; aprovada em dezembro de 2011.

⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.